

Relatório Demonstração Contábil AUTARQUIA

2018

NOVEMBRO

**RECI
PREV**

**SAÚDE
RECIFE**

**Autarquia Municipal de Previdência e Assistência
à Saúde dos Servidores**

www.reciprev.recife.pe.gov.br

Autarquia Municipal de Previdência e Assistência à Saúde dos Servidores

RELATÓRIO DEMONSTRAÇÃO CONTÁBIL

NOVEMBRO 2018

Diretoria - Executiva

Diretor-Presidente

Manoel Carneiro Soares Cardoso

Vice Diretor-Presidente

Francisco Canindé Antunes Furtado Jr

Gerente Administrativo e Financeiro

Elcio Ricardo Leite Guimarães

Gerente Jurídico

Mariana Trigueiros de Freitas

Gerente de Previdência

Anna Paula Almeida Nunes e Silva

Gerente de Investimentos

José Marcos Alves de Barros

Gerente do Saúde Recife

Ana Maria Bezerra Cavalcanti Marques

Equipe Técnica

Chefe da Divisão de Contabilidade

Márcia de Sá Carvalho Machado

Assistente

Áureo Ricardo

Colaboradores

Camila Paz

Maria Celeste

Letícia Ferraz

Controle Interno

Gestora da Unidade de Controle Interno

Juliana Cottard Giestosa

Chefe do Setor de Apoio ao Controle Interno

Gustavo Lins Dourado

1. BREVE CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

A ciência contábil no Brasil vem passando por significativas transformações rumo à convergência aos padrões internacionais.

O processo de evolução da contabilidade do setor público deve ser analisado de forma histórica e contextualizada com o próprio processo de evolução das finanças públicas.

Nesse sentido, o primeiro marco histórico foi a criação da Lei nº 4.320/1964, que estabeleceu importantes regras para propiciar o controle das finanças públicas, bem como a construção de uma

administração financeira e contábil sólidas no País, tendo como principal instrumento o orçamento público.

Deste modo, o orçamento público ganhou significativa importância no Brasil. Como consequência, as normas relativas a registros e demonstrações contábeis, vigentes até hoje, acabaram por dar enfoque sobretudo aos conceitos orçamentários, em detrimento da evidenciação dos aspectos patrimoniais.

2. DEMONSTRAÇÕES

2.1 COMPOSIÇÃO DO ATIVO

O Ativo faz parte das Contas Patrimoniais e compreende o conjunto de bens e direitos da organização, possuindo valores econômicos e podendo ser convertido em dinheiro, proporcionando assim ganhos para a empresa.

Para que algo possa ser considerado um ativo, é necessário que ele cumpra quatro requisitos:

- Constituir bem ou direito para a empresa;
- Ser de propriedade, posse ou controle da sociedade;
- Ser mensurável monetariamente;
- Trazer benefícios ou expectativa de benefícios para a empresa.

O dinheiro é o ativo por excelência, pois é o meio de troca da economia e sua liquidez é plena.

O Ativo se divide em duas partes:

- **Ativo circulante:** estão todos os bens da companhia que são facilmente convertidos em dinheiro, como contas a receber, aplicações, estoque, entre outros.
- **Ativo não circulante:** são os bens que têm permanência duradoura, isto é, que não são facilmente convertidos em dinheiro, como imóveis, investimentos, entre outros.

AUTARQUIA	
Composição Ativo Real – Novembro 2018	
Ativo Circulante	R\$ 8.616.938,71
DISPONÍVEL	
Caixa e Equivalentes de Caixa	R\$ 7.219.380,51
Faturas/Duplicatas a Receber	R\$ 5.801,27
Suprimento de Fundos	R\$ 37.400,00
Outros Tributos a Recuperar/Compensar	R\$ 346,13
Outros Créd. a Receber e Valores Curto Prazo-Consolidação	R\$ 138.708,51
Investimentos e Aplicação Temporárias a Curto Prazo	R\$ 805.664,56
Estoque	R\$ 409.657,73
Ativo Não-Circulante	R\$ 2.328.915,07
Outros Créditos	
Imobilizados	R\$ 2.328.116,07
TOTAL	R\$ 10.945.853,78

2.2 COMPOSIÇÃO DO PASSIVO

O passivo são as obrigações da organização, entidade ou empresa para com terceiros, por sua natureza e por sua expressão monetária. Ele também faz parte das Contas Patrimoniais. É a parte negativa do patrimônio e identifica a origem dos recursos aplicados. As contas representam os recursos de terceiros que foram usadas e são classificadas segundo a ordem decrescente de exigibilidade, elas são classificadas de acordo com seu vencimento, através do curto e longo prazo. Igualmente ao ativo, o Passivo também se divide em duas partes:

Passivo circulante: classificam-se as contas que representam obrigações da empresa para com terceiros no curso do exercício seguinte como por exemplo, salários a pagar, fornecedores e imposto a pagar.

- **Passivo não circulante:** Já os não circulantes são obrigações da entidade que devem ser quitadas cujos vencimentos ocorrerão após o final do exercício seguinte ao encerramento do balanço patrimonial. A exemplo do financiamento e empréstimos de instituições financeiras.

AUTARQUIA	
Composição Passivo Real – Novembro 2018	
Passivo Circulante	R\$ 2.812.519,50
Fornecedores Nacionais	R\$ 54.342,08
Consignações	R\$ 2.156.175,32
Depósitos não judiciais	R\$ 553.487,01
Consignações Bancárias	R\$ 32.270,31
Consignações de associações	R\$ 4.229,22
Consignações em favor dos planos de saúde	R\$ 7.315,01
Outros Valores Restituíveis	R\$ 2.953,49
Outras Obrigações a curto prazo-consolidação	R\$ 800,00
Restituição Despesas Telefone-FL Pagto	R\$ 198,79
Encargos Sociais a pagar	R\$748,27
Passivo Não-Circulante	R\$ 0,00
TOTAL	R\$ 2.812.519,50

Manoel Carneiro Soares Cardoso
Diretor-Presidente da AMPASS

Francisco Canindé Antunes Furtado Júnior
Vice Diretor-Presidente da AMPASS

Élcio Ricardo Leite Guimarães
Gerente Administrativo e Financeiro da AMPASS

Márcia de Sá Carvalho Machado
Chefe de Divisão de Contabilidade da AMPASS